



MONTEIRO LOPES
ADVOCACIA

PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE:

IRANY PEREIRA DE ALMEIDA, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG 1.246.932 – SSP/PB, inscrito no CPF 629.311.994-00, residente na Rua Cícero Amaro, s/n, Centro, Jericó/PB.

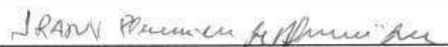
OUTORGADO:

CHARLES ALBERTO MONTEIRO LOPES, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/PB – 17.016, inscrito no CPF 066.793.544-47, com endereço na Rua Joaquim Idalino, 177, Centro, Jericó/PB, CEP: 58.830-00. Fone: (83) 9664-3578.

PODERES:

Amplos e ilimitados poderes, para o foro em geral, com a cláusula *ad judicium et extra*, a fim de que possa defender os interesses e direitos do outorgante perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive requerer os benefícios da assistência judiciária gratuita, de conformidade com a Lei 1.060/50, em repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que o (a) outorgante seja Autor(a), e defendendo-o quando for réu, interessado ou requerido, podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordo, recorrer, confessar, firmar compromisso, prestar declarações, receber citação, reter valores contratados de honorários advocatícios e despesas do advogado, receber alvará judicial, ter acesso à informação administrativa ou judicial, mesmo sob sigilo, solicitar cópia de documentos de processo administrativo, inclusive laudo pericial, renunciar os valores que ultrapassarem o teto dos juizados especiais estaduais (40 salário mínimos) ou federais (60 salários mínimos), bem como substabelecer a presente, com ou sem reservas de poderes, se assim lhes convier, e praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso.

Jericó/PB, 7 de agosto de 2017.


OUTORGANTE

Rua Erondina de Oliveira, 185 - Centro - Jericó-PB | CEP 58.830-000
charlesamlopes@gmail.com







BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 1227/2016

Natureza da ocorrência: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**
Data do fato: **27/05/2016** hora: **07:00 hs**

Notificante: **IRANY PEREIRA DE ALMEIDA**, alcunha "**PIRANHA DO FRIGORÍFICO**", Nacionalidade: brasileiro, naturalidade: **JERICÓ/PB**, nascido em **18/10/1967**, documento: **RG 1.246.932**, filho de **Ozano Pereira de Almeida** e de **Maria de Ludes da Conceição**, endereço: **Rua Cícero Amaro, SN, Bairro: Beira Rio - JERICÓ/PB**, referência: *** Fone para contato: **84 9 9916-0810**.

Sob a responsabilidade do Del. Pol.: **BEL: ANDERSON FONTES**

Vítima: *******, alcunha "*******", Nacionalidade: *******, naturalidade: *******, idade: ******* *******, nascido em *****/**/****, cor/raça: *********, Estado Civil: *********, Profissão: *******, Escolaridade: *********, documento: *******, filiação: ******* e de ******, endereço: ********* *******, referência: *******. Tel/Cel: **(***)** ******;

HISTORICO DO FATO

O(a) notificante, após cientificado(a) das penalidades cominadas ao Art. 299 do CPB, declarou o **SEGUINTE**: O notificante declara que ao trafegar na sua motocicleta **HONDA NXR 150 BROS ES FLEX** de chassi: **9C2KD0550ER303195** 2013/2014 DE PLACA **OXO4080** e renavam: **0059163584-4** Quando derrapou na via em uma parte escorregadia vindo a cair de sua motocicleta causando danos ao veículo como também a sua integridade física quebrando seu tornozelo direito; Que veio até esta delegacia para informar o ocorrido, como também para obter o boletim de ocorrência para dar entrada no seguro DPVAT. Nada mais a consignar.

Catolé do Rocha/PB, 10 de Novembro de 2016. Às 12:00 horas.

☒ Notificante ☐ Testemunha Arrogada

Assinatura do Policial responsável pelo registro
Ellyson Teixeira
Matrícula: **182.223-3**

POLÍCIA CIVIL





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL E MATERDIDADE "MÃE TEREZA"

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito que se fizer necessário, que o senhor Irany Pereira de Almeida, portador do CPF: 629.311.994-00, foi atendido neste serviço, no dia 27 de Maio de 2016, vítima de acidente com motocicleta, apresentando escoriações em membro inferior direito (Pé direito), sendo atendido pela Enfermeira plantonista, pois não dispúnhamos de Médico plantonista.

Por ser a expressão da verdade, assino a presente **DECLARAÇÃO**, para que onde necessário for produza seus devidos efeitos legais.

Jericó-PB, 10 de Junho de 2016.

Aline Brito de Souza
ENFERMEIRA

Aline Brito de Souza
ENFERMEIRA
COREN - 320.509

Aline Brito de Sousa
Enfermeira Responsável



RG: 124693255 P/B **FICHA MÉDICA**

NOME	Leany Pereira de Almeida		IDADE	48	
ENDEREÇO	Rua Cícero Amaro		CIDADE	Leão	
FONE	9946-0810	SEXO	M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	COR	Branca
PROFISSÃO	comerciante	ESTADO CIVIL	casado		
MÉDICO	Dr. Ronaldo	CONV.	particular		
		DN: 18/10/69			

04/27/05/16 Análise com foto W I Lúcia
em seu en N's e fotografias D. no 14, em
DM ou Acqua

H3: Finais MÓDULO LAIOMA

W: Rxe Xanoxa D P/H

Bda MUA

Re 10/06/16 R/Lous.

Dinaldo M. Wanderley Faria
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 5338

União M. Wanderley Faria
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 5338



10/06/16

30/07/16 Retom com melhora dos serviços
sanitários

HO


CR 12 de Junho de 2017

PORTA GESSASA


Ronaldo M. Wanderley Filho
Osteodonto-traumatologista
CRM 522



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-1183663/16
Vítima: IRANY PEREIRA DE ALMEIDA
CPF: 629.311.994-00

CPF de: Próprio

Data do Acidente: 27/05/2016
Titular do CPF: IRANY PEREIRA DE ALMEIDA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT
Outros

IRANY PEREIRA DE ALMEIDA : 629.311.994-00

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

Portador da documentação entregue

Data: 06/12/2016
Nome: IRANY PEREIRA DE ALMEIDA
CPF/CNPJ: 629.311.994-00

IRANY PEREIRA DE ALMEIDA

Responsável pelo recebimento na seguradora

Data: 06/12/2016
Nome: LARISSA SANTOS DO NASCIMENTO
CPF: 114.261.744-03

LARISSA SANTOS DO NASCIMENTO





(1)

Buscar no site

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3160731392 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** IRANY PEREIRA DE ALMEIDA**COBERTURA** Invalidez**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB**BENEFICIÁRIO** IRANY PEREIRA DE ALMEIDA**CPF/CNPJ:** 62931199400

Posição em 18-08-2017 09:20:06

Pedido de indenização cancelado.

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A O

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO



Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicinas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documento Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO



Como Pagar (/Pages/Pague-Seguro.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)

Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO

<https://www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo>

1/2



MARIA DE LUNDES PEREIRA DE ALMEIDA
RUA CICERO AMARO, S/N - CENTRO
JERICO/ PB CEP: 58030000 (45 245)

Casas habitáveis RESIDENCIAL/RESIDENCIAL MONOFÁSICO R/230, Km25 - União Renditor - João Pessoa/PB - CEP 58071-000
Roteiro: 11 - 253 - 715 - 8720 Referência: Set/2016 CNPJ 05 05 183/ANX1-40 - Insc. Est. 16.015.523-0
Nº medidor: 00000478661 Emissão: 21/09/2016

ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Fila Fiscal/Conta de Energia Elétrica (P000) 777.360
Código para Débito Automático: 00003887379

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a **UC (Unidade Consumidora): 5/388737-9**

Set / 2016

Canal de contato

Apresentação

21/09/2016

Data prevista da
próxima leitura

20/10/2016

CPF/ CNPJ/ RANI

27411361810

Raz. Est.

Faturas em atraso

FATURAS VENCIDAS ATÉ
O DIA 18/09/2016 PAGAS.
(OBRIGADO!)

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
18/08/16	13869	21/09/16	13913	
Demonstrativo				
Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)	
Consumo em kWh	124	0,43490	53,92	
ICMS			21,01	
PS			0,52	
COFINS			2,39	
TAXAS E SERVIÇOS				
CONTRIB. LUM. PÚBLICA			9,36	
JUR. DE MORA 08/2016			0,11	
MULTA 08/2016			0,87	

Histórico de Consumo
(kWh)

Ago/16	58
Jul/16	61
Jun/16	64
Mai/16	78
Abr/16	86
Mar/16	93
Fev/16	98
Jan/16	107
Dez/15	99
Nov/15	49
Out/15	55
Set/15	60

Média dos últimos 12 meses
64 kWh

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	77,84	27,00	21,01
PS	77,84	0,6696	0,52
COFINS	77,84	3,0741	2,39

VENCIMENTO

28/09/2016

TOTAL A PAGAR

R\$ 81,97

faba.8893.b869.9dd8.cd66.cbcd.cc2f.758d.

Indicadores de Qualidade 7/2016 - Jene

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DC MENSAL	6,47	
DC TRIMESTRAL	12,64	
DC ANUAL	25,69	
FC MENSAL	3,61	
FC TRIMESTRAL	7,22	
FC ANUAL	14,45	
CANC	3,60	
DICI	12,22	

Discriminação	Valor (R\$)	%
Devolução de Prod. de Energia e PB	19,94	24,33
Compra de Energia	26,11	31,86
Serviço de Transmissão	1,89	2,30
Encargos Setoriais	6,21	7,70
Impostos, Contrib. e Encargos	29,65	36,22
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	81,97	100,00

Valor em USD (Rat 7/2016) R\$ 17,39

ATENÇÃO

Reajuste Tarifário-Vigência 28/09/16-Resol. ANEEL nº 7.126-Baixa Tensão 5,17% Médio
Reajuste Tarifário-Vigência 28/09/16-Resol. ANEEL nº 7.126-Alta Tensão 5,04% Médio
- Leitura confirmada





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

3ª VARA MISTA DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA

Fórum Des. João Sérgio Maia, Av. Deputado Américo Maia, s/n, João Serafim, Catolé do Rocha/PB, CEP 58.884-000 - Tel: (83)3441-1450 / Fax: (83)3441-1277

NÚMERO DO PROCESSO: 0801885-94.2017.8.15.0141

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

PARTE PROMOVENTE:

AUTOR: IRANY PEREIRA DE ALMEIDA

Advogado do(a) AUTOR: CHARLES ALBERTO MONTEIRO LOPES - PB17016

PARTE PROMOVIDA:

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Advogado do(a) RÉU:

DECISÃO

Vistos.

Da análise detida da petição inicial, observo que a parte autora acostou requerimento administrativo com o status “pedido cancelado”, e não de negativa de pagamento do seguro obrigatório, sem, contudo, declinar o motivo do referido cancelamento, ou seja, se ocorreu por falta de adequada instrução ou inércia do próprio demandante ou por recusa da seguradora.

A experiência dos tribunais tem demonstrado que o cancelamento dos pedidos administrativos tem ocorrido, em regra, devido à ausência da entrega de documentos essenciais e/ou pela inércia prolongada do próprio interessado, não se podendo, portanto, falar em recusa injustificada. Desde já registro que a simples alegação de que o próprio sistema teria cancelado o pedido e não é possível saber o motivo não é verossímil, haja vista a possibilidade de acompanhamento do pedido de sinistro inclusive pela internet.



Nessa toada, ressalto que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento dos Recursos Extraordinários nº 839.314 e 824.704, passou a entender que em ações desta natureza, deve o(a) autor(a) justificar a provocação do Poder Judiciário, demonstrando a pretensão resistida.

Nesse sentido, aliás, é o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, vejamos:

“APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. SENTENÇA. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. FALTA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRETENSÃO RESISTIDA. NÃO DEMONSTRAÇÃO. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEDENTES. MANUTENÇÃO DO DECISUM. DESPROVIMENTO. - De acordo com julgado do Supremo Tribunal Federal, "a ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo plenário da corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do re 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso." (STF Re: 839.353 MA, Relator: Min. Luiz Fux, data de julgamento: 04/02/2015, data de publicação: DJE-026 divulg. 06/02/2015 e public. 09/02/2015). - Não existindo a comprovação da formulação de tal pleito na seara administrativa, não há que se falar em pretensão resistida e, consequentemente, em interesse de agir para a propositura da ação, de sorte a não merecer reparos a decisão de primeiro grau, que extinguiu o feito por ausência dessa condição de ação, devendo ser mantida a decisão recorrida.” (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00176222720148152001, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO, j. em 16-05-2017)"

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 321 c/c 320, ambos do CPC/2015, atendendo ao princípio da cooperação processual, determino a intimação da parte autora, através de seu advogado constituído, para EMENDAR A PETIÇÃO INICIAL, trazendo comprovante do motivo do cancelamento do pedido e/ou cópia de todo procedimento administrativo, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

A presente decisão pode servir como citação/notificação/intimação/precatória/ofício, nos termos do artigo 108 do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça - TJPB.

Intimações e diligências necessárias. Cumpra-se.

Catolé do Rocha/PB, data do protocolo eletrônico.



(assinatura eletrônica)

Janete Oliveira Ferreira Rangel

Juíza Substituta

Valor da causa: R\$ 13.000,00



CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico haver expedido intimação da parte autora para EMENDAR A PETIÇÃO INICIAL, trazendo comprovante do motivo do cancelamento do pedido e/ou cópia de todo procedimento administrativo, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

Catolé do Rocha-PB, data eletrônica

Talmi Vieira Carneiro
Técnico Judiciário



TERMO DE PETICIONAMENTO EM PDF

Nos termos do artigo 1º do Ato número 423/CSJT/GP/SG, de 12 de novembro de 2013, procedo à juntada, em anexo, de petição em arquivo eletrônico, tipo "Portable Document Format" (.pdf), de qualidade padrão "PDF-A", nos termos do artigo 1º, § 2º, inciso II, da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, e em conformidade com o parágrafo único do artigo 1º. do Ato acima mencionado, sendo que eventuais documentos que a instruem também serão anexados.

Jericó/PB, 7 de novembro de 2017.

CHARLES ALBERTO MONTEIRO LOPES

OAB/PB 17.016





MONTEIRO LOPES

ADVOCACIA

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 3ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA/PB**

Processo nº 0801885-94.2017.8.15.0141

IRANY PEREIRA DE ALMEIDA, já qualificada nos autos da ação em epígrafe, por meio do seu advogado infra-assinado, vem, perante Vossa Excelência, em atenção ao despacho proferido nos autos (ID 9445663), informar e requerer o que segue:

Requerimento administrativo cancelado. Sistema não apresenta informações referentes aos motivos do cancelamento do processo administrativo. Cópia integral do processo administrativo de posse da Promovida.

Como facilmente se percebe na tela extraída do endereço eletrônico da Promovida, o requerimento administrativo da Promovente, cujo sinistro possui o nº 3160731392, fora cancelado pela Promovida:



Rua Erondina de Oliveira, 185 - Centro - Jericó-PB | CEP 58.830-000
charlesamlopes@gmail.com





MONTEIRO LOPES

ADVOCACIA

A Promovida não deu maiores esclarecimentos acerca do motivo do cancelamento do pedido do seguro DPVAT da Promovente, restringindo-se à informação de “pedido de indenização cancelado”.

Como se percebe nos autos, a Promovente, dentro de sua hipossuficiência, reuniu todos os documentos exigidos pela Promovida para perfectibilização do requerimento administrativo. Nota-se que fora apresentado, conforme documento inserto no ID 9285398, fls. 3/4: **Boletim de ocorrência; comprovação de ato declaratório; declaração de inexistência de IML; documentação médico-hospitalar; documentos de identificação; DUT e outros.**

Assim, não haveria razões plausíveis para o cancelamento do processo administrativo da Promovente, tanto é que a própria Seguradora Promovida se furtou de informar o que de fato seria o motivo para tanto, restringindo-se, em seu sistema eletrônico para acompanhamento do processo administrativo, à informação de “pedido de indenização cancelado”.

Destarte, consoante o exposto e todo o mais que nos autos constam, **vem, a Promovente, informar desconhecer o motivo que levou a Promovida a cancelar o processo administrativo para concessão do seguro DPVAT.**

Ademais, tendo a Promovente enviado toda a documentação solicitada a Promovida, Ela não possui a cópia do seu processo administrativo junto à Seguradora, **sendo o PA de posse, unicamente, da Promovida**, razão pela qual, pugna seja oficiada a Promovida para proceder com a juntada aos autos da cópia integral do processo administrativo do Sinistro nº 3160731392.

Nesses termos, pede deferimento.

Jericó/PB, 07 de novembro de 2017.

CHARLES ALBERTO MONTEIRO LOPES
OAB/PB 17.016

Rua Erondina de Oliveira, 185 - Centro - Jericó-PB | CEP 58.830-000
charlesamlopes@gmail.com





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

3ª VARA MISTA DA COMARCA DE CATOLÉ DO ROCHA

Fórum Des. João Sérgio Maia, Av. Deputado Américo Maia, s/n, João Serafim, Catolé do Rocha/PB, CEP 58.884-000 - Tel: (83)3441-1450 / Fax: (83)3441-1277

NÚMERO DO PROCESSO: 0801885-94.2017.8.15.0141

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

PARTE PROMOVENTE:

AUTOR: IRANY PEREIRA DE ALMEIDA

Advogado do(a) AUTOR: CHARLES ALBERTO MONTEIRO LOPES - PB17016

PARTE PROMOVIDA:

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DECISÃO

Vistos.

1. Defiro ao(à) promovente a gratuidade da justiça, em face da inexistência de fundadas razões para o indeferimento do benefício (Lei 1.060/50, art. 5º; NCPC, art. 99, §§ 2º e 3º), esclarecendo que ele compreende todos os atos do processo até decisão final do litígio, em todas as instâncias (Lei 1.060/50, art. 9º, c/c NCPC, art. 98, § 1º).

2. Desde a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, o réu não mais é citado para oferecer resposta, mas para comparecer à audiência de conciliação ou de mediação (CPC/2015, art. 334).

Todavia, é de conhecimento deste Juízo que a promovida só celebra acordos quando há perícia nos autos, de forma que se afigura desnecessária e mesmo desaconselhável, por se tratar de ato ineficiente (CF, art. 37) e prejudicial à celeridade da prestação jurisdicional (CF, art. 5º, inciso LXXVII), a designação exclusiva de audiência de conciliação, quando já se anuncia infrutífera a sua realização.

Nada impede, entretanto, que a autocomposição seja obtida no curso da lide, e mesmo como fase preliminar da própria audiência de instrução (CPC/2015, art. 359), motivo pelo qual não vislumbro prejuízo às partes.



Diante do exposto, cite-se a promovida para apresentar resposta, no prazo de 15 (quinze) dias.

. A presente decisão pode ser utilizada como carta de citação/notificação/intimação/precatória/ofício, nos termos do art. 108 do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça – TJPB.

Cumpra-se.

Catolé do Rocha/PB, 8 de maio de 2019.

(assinatura com certificado digital)

Renato Levi Dantas Jales

Juiz de Direito

Valor da causa: R\$ 13.000,00

